

A PSICOLOGIA E A PSICOPEDAGOGIA NO COTIDIANO ESCOLAR: PERCURSOS HISTÓRICOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Liliane dos Guimarães Alvim Nunes

Psicóloga, especialista em prevenção e intervenção psicológica no fracasso escolar e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia com atuação no Setor de Apoio Psicopedagógico e Social.

Lucianna Ribeiro de Lima

Psicóloga, psicopedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia com atuação no Setor de Apoio Psicopedagógico e Social.

Cláudia Silva de Souza

Psicóloga e psicopedagoga pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente da Escola de Educação Básica de Uberlândia com atuação no Setor de Apoio Psicopedagógico e Social.

Denise Bortoletto

Pedagoga pela Universidade Federal de Uberlândia e psicopedagoga pela UNIMINAS. Docente da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia com atuação no Setor de Apoio Psicopedagógico e Social.

RESUMO: Nesse artigo buscou-se apresentar a origem e a definição das áreas psicologia da educação, psicologia escolar e psicopedagogia, bem como discorrer sobre o papel a ser desempenhado pelos profissionais das respectivas áreas, através de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema e de reflexões advindas da prática vivenciada pelas autoras em uma instituição pública de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia escolar. Psicopedagogia. Cotidiano escolar.

ABSTRACT: This article seeks to present the origin and definition of Educational Psychology, School Psychology and Psychopedagogy areas, as well as discussing the role to be performed by the professionals in the aforementioned areas through a brief bibliographical review on the subject and reflections from the experience of the authors in a public teaching institution.

KEYWORDS: School Psychology. Psychopedagogy. Daily school life.

Sabe-se que os objetos de estudo da psicologia da educação, da psicologia escolar e da psicopedagogia se inter-relacionam, mas faz-se necessário a delimitação de cada uma dessas áreas, visando à identificação de suas especificidades.

Com isso, optou-se por traçar um breve histórico acerca da Psicologia e da Psicopedagogia, considerando a inserção destas áreas na escola, para que se possa compreender as aproximações e distinções existentes nos campos de atuação profissional.

Foi principalmente durante o último quarto do século XIX que a Psicologia começou a distanciar-se da Filosofia, para tornar-se uma disciplina autônoma e constituir-se como ciência. Nesse sentido, a Psicologia precisava definir-se quanto aos fundamentos epistemológicos que lhe serviriam de base de sustentação. De um lado, poderia caracterizar-se como uma disciplina filosófica, preocupada com a essência, com o pensamento reflexivo, com a introspecção. De outro, poderia ser reconhecida como disciplina científica, dedicando-se à verificação e experimentação dos fatos.

Influenciada pela vertente racionalista da época, que tinha em Descartes e em seu método seu maior expoente, a psicologia caminhou em direção à neutralidade e à objetividade de suas investigações. Apoiada no método experimental das ciências físicas e naturais, de modo especial nos estudos da psicofísica, a Psicologia desenvolveu suas pesquisas experimentais dedicando-se à análise dos processos de constituição e funcionamento da mente humana, incluindo a descoberta de regiões específicas do cérebro e suas estruturas neurais, bem como sensações e percepções por elas produzidas. Dos estudos psicológicos desenvolvidos através da observação e experimentação, a idéia das diferenças individuais foi ressaltada, impulsionando a utilização de testes e a tendência em classificar os indivíduos segundo suas capacidades.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, praticamente todas as abordagens da investigação psicológica foram consideradas potencialmente úteis para a educação. A

diferença substancial entre a psicologia geral e a psicologia da educação, nesse período, foi que esta preocupou-se em utilizar e aplicar o conhecimento advindo da psicologia científica no campo educacional e, muito especialmente, no campo escolar.

Contudo, três campos de pesquisa psicológica se sobressaíram pelo seu interesse potencial na educação escolar: o estudo e a medida das diferenças individuais e a elaboração de testes, a análise dos processos de aprendizagem e a psicologia da criança (SALVADOR, 1999, p. 23).

Foi neste contexto de mudanças e expectativas das primeiras décadas do século XX, momento em que a sociedade brasileira se via às voltas com as exigências ainda incipientes da modernidade capitalista, dentre as quais a necessidade de escolarização das massas, que a relação Educação-Psicologia configurou-se como um recurso ao enfrentamento dos problemas educacionais da época. Esta aliança calcada em teorias advindas dos estudos da Psicologia aplicada à Educação se fez presente tanto nos currículos dos cursos de formação de professores, quanto nas práticas de ensino e nos processos de aprendizagem dos alunos.

De 1900 a 1930 o trabalho de Psicologia nas escolas baseava-se num modelo clínico-médico de intervenção, em uma linha psicofísica e psicométrica (utilização em massa dos testes psicológicos), voltada de forma predominante para problemas individuais dos alunos.

É de 1906 o registro do surgimento de um Laboratório de Psicologia Pedagógica no Rio de Janeiro e de 1914 o do Gabinete de Psicologia Científica na Escola Normal secundária de São Paulo. Voltados para o estudo das características dos estudantes em termos de motivação, aprendizagem e desenvolvimento mental, buscavam nas diferenças individuais dos alunos as justificativas para as dificuldades escolares, considerando-se portadores de características incompatíveis com a aprendizagem e o ajustamento escolar (SAWAYA, 2002, p. 198).

Para Pfromm Netto (1996) vários países desejaram ficar com o título de fundadores da Psicologia Escolar, porém, os estudos nessa área iniciaram-se ao mesmo tempo durante o século XIX tanto na América como na Europa. Devido ao aumento do ensino público nas cidades e à grande incidência de problemas sociais ligados a essa mudança surgiu a necessidade de um profissional que colaborasse com as escolas na compreensão das dificuldades que começaram a emergir. Assim, ocorreram consideráveis modificações no conhecimento psicológico e as questões ligadas ao crescimento e desenvolvimento das crianças tiveram um realce maior.

Pfromm Netto (1996) divide a história da Psicologia Escolar no Brasil em três fases. A primeira refere-se às escolas normais de 1830 a 1940; a segunda corresponde à fase universitária de 1940 a 1962; e a terceira inicia-se com a introdução da Psicologia Escolar no currículo de graduação em Psicologia, em 1962.

Dessa forma, Pfromm Netto aponta:

O ensino normal brasileiro foi nosso primeiro foco de irradiação de concepções, pesquisas e aplicações práticas do que hoje denominamos Psicologia Escolar e (ou) Psicologia Educacional. Aqui e ali, em publicações das primeiras duas décadas deste século, professores de escolas normais expõem e debatem temas e problemas dessa natureza, citando as fontes européias e americanas de então (PFROMM NETTO, 1996, p. 33).

Contudo, a inserção mais efetiva do psicólogo no processo educacional ocorreu na década de 1970 com a passagem da economia do tipo liberal para a centralização da produção nas empresas o que gerou a exigência de novas aptidões e características de personalidade do indivíduo para se adaptar à nova ordem social.

Inicialmente, a função mais freqüente do psicólogo na escola era medir habilidades das crianças classificando-as de acordo com sua capacidade intelectual. Também se destinava a esse

profissional proceder com a psicoterapia na escola como forma de tratar os problemas relacionados ao processo educacional. Em outro nível estavam os psicólogos que atuavam junto a professores, pais e administradores, apoiados em uma concepção de saúde mental do estilo adaptacionista (PATTO, 1984).

Nesse contexto, a psicologia da educação, como área de pesquisa e estudos teóricos, fundamentou a atuação do psicólogo na escola em uma área que passou a ser denominada de psicologia escolar.

Assim, foi a partir do final dos anos 1970 e início de 1980 que muitos trabalhos foram realizados (PATTO, 1984, 1987; MACHADO; SOUZA, 1997) refletindo sobre a Psicologia na educação e a formação do psicólogo escolar, buscando romper com a visão clínica, curativa e individualizada do indivíduo no contexto escolar.

Todo esse percurso inicial da psicologia na escola parece justificar, na atualidade, as freqüentes solicitações das instituições para que os profissionais da área realizem atendimentos individuais numa abordagem clínica, localizando o problema exclusivamente no aluno ou em sua família. Na história da Psicologia escolar fica evidente a contribuição do psicólogo nos processos de culpabilização do aluno assim como uma tendência de se colocar a serviço da conservação da estrutura tradicional da escola e da ordem social (PATTO, 1984, 1987, 1990; MACHADO; SOUZA, 1997; MOYSÉS; COLLARES, 1992).

Meira e Antunes (2003) apontam que, em detrimento disto, o psicólogo escolar tem, basicamente, duas funções a desempenhar: ajudar a escola a cumprir sua função de socializar o conhecimento historicamente acumulado e contribuir para a formação ética e política dos alunos. Assim, fica a cargo da psicologia escolar, analisar criticamente os processos psicológicos envolvidos nas relações de ensino e aprendizagem. Cabe ao profissional dessa área discutir no âmbito escolar, as questões ligadas ao desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

Desse modo, é preciso que o psicólogo escolar tenha em mente a história da Psicologia escolar e busque práticas que não enfatizem aspectos particulares dos indivíduos, das famílias ou do meio sociocultural, o que determinaria uma visão psicologizante dos fenômenos, desconsiderando as dimensões sociais e políticas relacionadas com o contexto educacional.

No que se refere ao cotidiano do trabalho do psicólogo escolar, faz-se necessário compreender que a queixa trata-se de aparência, ou seja,

[...] o nível imediato que se caracteriza como uma representação isenta de análise, cabendo ao psicólogo mediar a compreensão da essência do que foi apresentado como ‘queixa’ por meio da investigação/explicação/ação conjunta (TANAMACHI; MEIRA, 2003, p. 29).

O psicólogo escolar pode contribuir para a elaboração de condições necessárias para a modificação da realidade institucional de modo que a mesma seja mais comprometida com a transformação da sociedade. Sabe-se que o lugar da Psicologia na instituição escolar é um lugar possível, desde que o psicólogo assuma um compromisso teórico-prático com as questões da escola, sem perder de vista as relações que nela se estabelecem, tampouco o contexto sócio-político em que está inserida.

Martins (2003, p. 3) afirma que:

Em que pese ‘as expectativas sociais atribuídas ao psicólogo escolar, este deve compreender os fatores sociais e institucionais que possibilitaram a emergência das representações a respeito de seu trabalho, seja no contexto escolar, seja no contexto social em que está inserido, pois será no âmbito das relações que estabelece no interior da instituição escolar que terá condições de proporcionar novas alternativas para seu trabalho.

O autor defende uma abordagem multirreferencial que considera a complexidade do contexto escolar, numa perspectiva institucional. Neste modelo, sugere que este profissional crie espaços, situações coletivas, para que as vivências escolares sejam ditas e escutadas:

Tal lugar – o da escuta – possibilita ao psicólogo criar situações coletivas, espaços de construção de conhecimentos sobre si mesmo – sobre a escola, sobre as experiências dos envolvidos no processo educacional, etc. – de tal forma que os problemas vividos sejam amplamente discutidos e a busca de soluções para os mesmos, compartilhada (MARTINS, 2003, p. 8).

Tendo se situado a psicologia da educação enquanto área de conhecimento teórico e a psicologia escolar como área de atuação do psicólogo com todas as atribuições anteriormente apresentadas, faz-se necessário, agora, discutir sobre o papel do psicopedagogo na instituição escolar.

Segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia nasceu da necessidade de contribuir com a busca de soluções para a difícil questão do problema de aprendizagem. Por ser uma área de estudos recém configurada, muitos profissionais ligados à área do conhecimento e da aprendizagem buscam o campo da Psicopedagogia, a fim de aprimorar sua experiência profissional e enriquecer suas construções teóricas.

Definir Psicopedagogia não é uma tarefa simples, pois diferentes autores trazem suas contribuições, conforme os referenciais teóricos em que sustentam suas práticas. A conceituação no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, explicita o seguinte: “aplicação da Psicologia experimental a Pedagogia” (FERREIRA, 1999, p.1661). Porém, essa definição parece não abarcar a especificidade do conceito de Psicopedagogia. Na busca de autores para definir o termo Psicopedagogia, o conceito de Rubinstein traz contribuições:

A Psicopedagogia tem por objetivo compreender, estudar e pesquisar aprendizagem nos aspectos relacionados com o desenvolvimento e ou problemas de aprendizagem. A aprendizagem é entendida aqui como decorrente de uma construção, de um processo, o qual implica em questionamentos, hipóteses, reformulações, enfim, implica um dinamismo. A Psicopedagogia tem como meta compreender a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos neste processo (RUBINSTEIN, 1996, p. 127).

Para definir o trabalho psicopedagógico o Código de Ética apresenta em seu texto, no Artigo 1º:

A psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana; seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio _ família, escola e sociedade _ no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da psicopedagogia. (ABPP. Código de Ética da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2005).

Ainda acrescenta-se o artigo 5º do mesmo documento, que define os objetivos do trabalho psicopedagógico:

O trabalho psicopedagógico tem como objetivo: (i) promover a aprendizagem, garantindo o bem-estar das pessoas em atendimento profissional, devendo valer-se dos recursos disponíveis, incluindo a relação interprofissional; (ii) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia. (ABPP. Código de Ética da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, 2005).

Conforme as citações, o trabalho psicopedagógico pode configurar-se em clínico e institucional. Vale ressaltar que o campo de atuação institucional não se restringe apenas à escola, podendo também ser ampliado à instituição hospitalar e empresarial.

Segundo Scoz (1987), a psicopedagogia estuda o processo

de aprendizagem e suas dificuldades, e numa ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os. Weiss (2004) acrescenta ainda que a psicopedagogia busca melhorar a qualidade da construção da aprendizagem de alunos e educadores.

Vê-se, com isso que a psicologia escolar e a psicopedagogia são áreas que se complementam, tornando-se fundamental um trabalho em parceria para que as ações possam, de fato, colaborar com o grande universo de demandas no ambiente escolar. Vale ressaltar que a orientação psicopedagógica é uma das atribuições do psicólogo escolar segundo apresentado no Art. 4º do Decreto nº 53.464 de 21 de janeiro de 1964 que regulamenta a lei nº 4119 de agosto de 1962 que dispõe sobre a profissão de Psicólogo.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que tanto o psicólogo escolar quanto o psicopedagogo definam seu papel na instituição, pois caso contrário será definido pelos outros, em função das suas experiências anteriores e expectativas. Cabe a esses profissionais estabelecerem um contexto de colaboração com os professores e com a escola diante do objetivo apresentado, de forma a procurar discutir e encaminhar as situações que emergem no cotidiano escolar (BASSEDAS, 1996).

Uma das ações dos psicólogos escolares e psicopedagogos é a intervenção, que visa fazer a mediação entre os alunos e seus objetos de conhecimentos, trabalhar as relações interpessoais, bem como estimular a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, numa perspectiva, inclusive, preventiva. Na intervenção, a ação psicopedagógica contribui para o processo educacional, buscando compreendê-lo, explicitá-lo, ou modificá-lo. Ao introduzir novos elementos para o sujeito pensar é possível conduzi-lo à quebra de padrões anteriormente estabelecidos.

Solé (2000) afirma que essa intervenção tem um maior alcance quando realizada no ambiente em que o aluno desenvolve suas atividades e por meio das pessoas que, cotidianamente, se relacionam com ele, uma vez que os processos de aprendizagem

se relacionam diretamente com a socialização e integração dos alunos no contexto sócio-educacional em que estes estão inseridos.

A finalidade básica do psicólogo escolar e do psicopedagogo na escola é ajudar a promover mudanças, tanto nos momentos da intervenção diante dos problemas que a escola apresenta ou que nela se apresentam, como também para melhorar as condições, os recursos e o ensino, realizando a tarefa preventiva. Nesse sentido, deve-se reconhecer que as mudanças se tornam possíveis quando se verificam lacunas, falhas ou identificam-se necessidades. Assim, o compromisso ético-profissional do psicólogo escolar e do psicopedagogo se coloca a serviço deste processo de transformação, mesmo que a princípio seja permeado por conflitos ou por tendência dos sujeitos a manter o que está posto.

O psicopedagogo bem como o psicólogo escolar tende a prevenir os problemas de aprendizagem, ao invés de remediá-los, por meio da busca de diversos serviços escolares dos quais os alunos participam e, na medida do possível, do ambiente familiar e social em que eles vivem, auxiliando o aluno a desenvolver o máximo de suas potencialidades.

Outra ação desses profissionais está relacionada à investigação da queixa escolar por meio de avaliações psicodiagnósticas. Nesse sentido, Tanamachi e Meira (2003) atestam que a avaliação psicodiagnóstica do psicólogo escolar e, aqui inclui-se também, as ações do psicopedagogo, não podem enfatizar metodologias que busquem nos indivíduos as causas da queixa, e nem focalizar a família e/ou escola como culpadas. “Mudamos a pergunta, em vez de nos dirigirmos a pessoas ou situações isoladas - o que tem efeito paralisador - buscamos as circunstâncias, porque estas podem ser transformadas” (TANAMACHI ; MEIRA, 2003, p.32).

Assim, na escola, na medida em que os alunos são encaminhados para os profissionais de Psicologia Escolar e de

Psicopedagogia, deve-se procurar realizar uma investigação da historicidade de situações reais que propiciaram a instalação da “queixa”. Buscar alternativas para a transformação dessa condição constitui-se o desafio da intervenção.

Moysés e Collares (1996) sugerem que o psicólogo deve olhar não para o que o aluno não tem e não sabe, mas para o que ele sabe e gosta de fazer, enfocando, dessa forma, elementos que demonstrem seu potencial de aprendizagem.

Nas relações com a família e a escola, é importante refletir sobre concepções, hipóteses sobre a queixa, atitudes para superação das mesmas e expectativas em relação ao aluno e à intervenção.

Nessa perspectiva, o psicólogo não é um mero “resolvedor” de problemas, mas um profissional que dentro de seus limites e de sua especificidade, pode ajudar a escola a remover obstáculos que se interpõem entre os sujeitos e o conhecimento e a formar cidadãos por meio da construção de práticas educativas que favoreçam processos de humanização e reapropriação da capacidade de pensamento crítico (TANAMACHI; MEIRA, 2003, p. 43).

Com isso, considera-se que o trabalho do psicólogo e do psicopedagogo na instituição escolar, deva acontecer da seguinte forma:

1. Com os professores: possibilitar um espaço para escuta de suas queixas; promover orientações e encaminhamentos necessários, além de reflexões sobre sua prática e planejamentos; realizar intervenções psicopedagógicas em sala de aula; promover ações de formação continuada no sentido de possibilitar a aquisição de conhecimentos que aprimorem a sua prática.

2. Com os alunos: procedendo com a investigação da queixa; propondo atividades/intervenções individuais ou em grupo; procedendo com encaminhamentos a profissionais da saúde como psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, dentre outros, sempre que necessário.

3. Com a família: promovendo diálogos para conhecer a história de vida dos alunos e expectativa dos pais; realizando orientações e encaminhamentos necessários; criando espaços de reflexão e discussão conjunta acerca de questões referentes ao processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos alunos, bem como dos papéis dos pais ou responsáveis nesse processo.

4. Com a coordenação pedagógica e direção: assessorar os gestores da escola no processo de reflexão, discussão, enfrentamento e tomada de decisões acerca dos problemas presentes no cotidiano escolar; participar dos processos de avaliação e análise da instituição; colaborar com toda a equipe na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; realizar pesquisas/investigações que possam favorecer a compreensão de fenômenos e a implementação de novas ações.

Verifica-se na prática que o trabalho realizado em conjunto entre professores e psicólogos escolares e ou psicopedagogos permite a esses profissionais a reflexão sobre suas próprias ações na escola, diminuindo inclusive os encaminhamentos de alunos ao serviço de psicologia, melhorando as relações dentro do ambiente de trabalho, bem como a qualidade das ações desenvolvidas no âmbito escolar.

As intervenções realizadas pelos psicólogos escolares e psicopedagogos com os alunos viabilizam um maior envolvimento desses com a aprendizagem, uma vez que, por meio das conversas e atividades em grupo, os alunos sentem-se acolhidos e respeitados. Nesse sentido, demonstram maior confiança em si mesmos, explicitando sentimentos de valorização e reconhecimento de seu potencial. Além disso, com esse acompanhamento em caráter contínuo é possível perceber, ao longo do ano letivo, que esses alunos sentem-se mais fortes emocionalmente para lidar com dificuldades inerentes ao processo educacional.

Nas ações desenvolvidas com os pais e ou responsáveis, observa-se que muitas vezes, eles se sentem amparados, comprometendo-se com o processo educativo e modificando a sua relação com os/as filhos/as.

Dessa forma, acredita-se que o trabalho em psicologia escolar e psicopedagogia quando encontra consonância e parcerias na escola, pode promover efeitos muito positivos para a minimização das dificuldades que emergem no contexto escolar, apesar de representar um constante desafio, pois requer o envolvimento de toda a equipe, e um desejo permanente de mudanças, para que as transformações, de fato, ocorram.

REFERÊNCIAS

- ABPP. Código de Ética da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. Disponível em <<http://www.abpp.br>> Acesso em: 08 nov. 2005.
- ALMEIDA, S. F. C. (Org.). **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional**. São Paulo: Alínea, 2003.
- BASSEDAS, Eulália, et al. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- BOSSA, Nadia. **A Psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, agosto de 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- MARTINS, João Batista. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. **Psicologia estudada**. Maringá, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set 2007.
- MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M.; (Org.). **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- _____. **Psicologia Escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- MOYSÉS, M. A. A. & COLLARES, C. A. L. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. In: **Cadernos CEDES**, n.28, Campinas, CEDES/Papirus, p.31-47, 1992.
- MORENEREO, Carles; SOLÉ, Isabel et al. **O assessoramento psicopedagógico. Uma perspectiva profissional e construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- OLIVEIRA, M. K.; REGO, T.C.; SOUZA, D. T. R. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

PATTO, M. H. S. **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

_____. **Psicologia e Ideologia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

_____. **A Produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PFROMM NETTO, S. As origens e o desenvolvimento da Psicologia Escolar. In: WECHSLER, S. M. (Org). **Psicologia escolar**: pesquisa, formação e prática. Campinas: Editora Alínea, 1996. p.21-38.

SALVADOR, C. C. (Org.). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SCOZ, Beatriz Judith Lima (Org.). **Psicopedagogia – o caráter na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

SAWAYA, S. M. Novas perspectivas sobre o sucesso e o fracasso escolar. In: OLIVEIRA, M. K. et al (Org.). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p. 197-213.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Maria Thereza C.C. de. Intervenção Psicopedagógica: como e o que planejar? In: SISTO, Fernando Sisto, et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TANAMACHI, E. R.; MEIRA, M. E. M. A atuação do psicólogo como expressão do Pensamento Crítico em Psicologia e Educação. In: MEIRA, M. E. M. ; ANTUNES, M. A. M. (Org.). **Psicologia Escolar**: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: D P & A, 2004.